

## A UNIVERSIDADE ONTEM E HOJE. E AMANHÃ?<sup>i</sup>

Dr. Paulino José Orso  0000-0001-9126-3276  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

**RESUMO:** Este artigo objetiva explicitar a história da universidade brasileira, tendo em vista a compreensão dos desafios que estão colocados para ela no atual momento. Para isso, primeiramente, apresentamos um panorama acerca dos infindáveis ataques a que se encontra submetida, desfechados por diferentes agentes políticos e sociais, sobretudo pelos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Na sequência, fazemos um recuo histórico para verificar, quando, como, de que modo e a finalidade para a qual foi criada. Por fim, apontamos alguns elementos que podem contribuir para que a universidade recupere seu protagonismo, sua relevância social e ajudar a transformar a sociedade existente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação; História da Educação; Universidade Brasileira.

## THE UNIVERSITY YESTERDAY AND TODAY. IT'S TOMORROW?

**ABSTRACT:** This article aims to explain the history of the Brazilian university, with a view to understanding the challenges that are posed to it at the present time. For this, first, we present an overview of the endless attacks to which it is subjected, carried out by different political and social agents, especially by the governments of Michel Temer and Jair Bolsonaro. In the sequence, we make a historical retreat to verify, when, how, in what way and the purpose for which it was created. Finally, we point out some elements that can contribute to the university regaining its protagonism, its social relevance and helping to transform the existing society.

**KEYWORDS:** Education; Brazilian University; Challenges of the Brazilian University.



## 1 APRESENTAÇÃO

A universidade brasileira se encontra num momento extremamente complexo e difícil. Conseqüentemente, as desventuras nos obrigam a mergulhar no interior de nossa sociedade e de nós mesmos na tentativa de encontrar as razões da realidade atual. Contraditoriamente, as sucessivas crises, tem gerado muita angústia e sofrimento.

Os ataques à educação, à universidade e à escola pública, porém, não ocorrem por acaso. Afinal, se deixarem espaço, os professores, os alunos e a sociedade podem começar a pensar, discutir e compreender a realidade, e isso é inadmissível para a burguesia mais retrógrada.

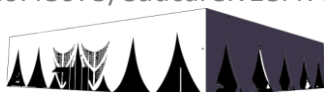
Em geral falamos bastante da universidade de hoje e muito pouco da de ontem e do amanhã. Por isso, pretendemos analisar o passado, verificar como ela se encontra no presente e compreender o que pode ocorrer com ela amanhã. Assim, partimos do presente, de como ela se encontra hoje, verificamos quando, como, quem a criou, sua trajetória, e retornaremos a ela para extrair conclusões e apontar possíveis tendências.

## 2 APROXIMAÇÃO DA QUESTÃO

Não resta dúvida de que estamos muito apreensivos com tudo o que está ocorrendo no atual momento, não só com a universidade. Por isso, o primeiro desafio é compreender o que está ocorrendo no atual momento.

O fato é que nossas análises, em geral, param no presenteísmo, limitam-se ao mecanismo estímulo X resposta, estacionamos nos fenômenos imediatos e aparentes e não só não compreendemos o que está ocorrendo, como não conseguimos reagir à altura dos desafios e exigências que se apresentam.

Logo, se quisermos compreender o que ocorre com a universidade nesse momento e entender o que pode vir a ocorrer com ela, é necessário fazermos um



recuo, mergulhar no passado, verificar como surgiu, quem a criou, porque, para que e para quem foi criada.

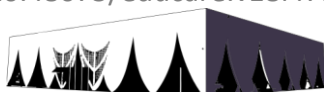
Convenhamos, se algo atendesse as necessidades para as quais foi criada, não haveria crise nem problema, não é mesmo? O problema surge quando ocorre o divórcio entre quem criou a universidade e a quem ela serve ou atende, ou então, quando ela não mais corresponde aos objetivos e fins para os quais foi criada. Conseqüentemente, os problemas enfrentados advêm do divórcio entre os objetivos e os fins para os quais ela foi criada, e que assumiu ao longo do tempo.

Compreender, no entanto, não é sinônimo de descrição dos fatos e fenômenos imediatos. Em geral confunde-se sua compreensão com a descrição ou relato do que ocorre. São duas coisas distintas. Uma é a descrição do presente e outra é a sua compreensão. A descrição do imediato é apenas um momento da compreensão da realidade. Não se limita a ela. É como se registrássemos sua configuração numa foto, que representa um momento. Mas, como ela não se explica por si, carece do recurso da história para apreender sua razão de ser.

Dizendo de outro modo, a descrição do fenômeno imediato é importante sim. Contudo, sem entender o antes e o depois, isto é, sem a historicidade, tem-se apenas a representação de um momento. Esta, porém, não é a realidade, é parte da realidade.

A compreensão efetiva, pressupõe, portanto, a caracterização do momento. Todavia, é necessário ir além, buscar os seus determinantes e verificar as possíveis tendências que se apresentam. Ou seja, se desconsideramos a história, a compreensão se torna impossível.

Feitas estas observações, iniciamos a discussão com a caracterização da universidade brasileira no seu momento presente.

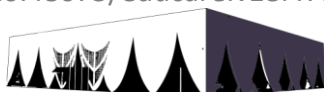


## 3 A UNIVERSIDADE HOJE

A universidade brasileira nunca teve vida fácil. Porém, nunca esteve diante de tantos e tão severos ataques, partindo de todas as direções. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, também chamado de príncipe dos sociólogos, contraditoriamente, as universidades foram submetidas a um verdadeiro sucateamento. Seguindo a cantilena do Banco Mundial e dos Estados Unidos, desencadeou o maior pacote de privatizações da história moderna e, além de não abrir nenhuma universidade, abandonou às traças às existentes, não criou uma só bolsa integral para alunos no exterior, não abriu nenhum curso técnico e nenhum Instituto Federal de Educação.

Durante os governos do PT (2003-2016), ao contrário, foram criadas 18 universidades federais, 173 campus universitários e 214 cursos técnicos, grande parte delas no interior do país. Com isso, o número de alunos no ensino superior praticamente triplicou, chegou a mais de 8 milhões de alunos; foram criados 360 Institutos Federais de Educação, com mais de 1,2 milhões de alunos; o programa Ciência sem Fronteiras financiou 93 mil bolsas de estudo integrais para estudantes brasileiros no exterior; a Lei de Cotas aprovada em 2012 permitiu o aumento de 267% de presença de negros e negras na educação superior, foi aprovado a destinação de 75% dos *Royalties* do petróleo do Pré-Sal para a educação e aprovado o aumento para 10% do PIB em educação.

Esta é uma questão fundamental para compreender o que ocorre hoje com a universidade e a razão de tantos ataques contra ela. O golpe de 2016 destravou as porteiças para uma série de outros golpes contra a universidade. Iniciou com o congelamento dos gastos, que boicotou os investimentos em educação e saúde por 20 anos, continuou com o famigerado Escola “sem” partido, incitando a perseguição a docentes e instituições, aprofundou-se com o tal de “contingenciamento dos gastos”, com o desrespeito à autonomia das



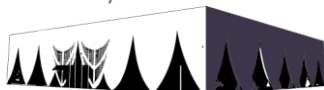
universidades, com o desrespeito aos processos eletivos nas instituições, com o intervencionismo, com o negacionismo, com as *fake news*, com os ataques às ciências humanas, com a contratação de docentes sem qualquer vínculo empregatício e sem qualquer remuneração, com a venda de diversos poços de petróleo e plataformas do Pré-sal, com a ausência de concursos e o desrespeito à data base, com o congelamento dos salários<sup>ii</sup>, com as isenções fiscais às igrejas e grandes empresários, com a aprovação da terceirização ampla, geral e irrestrita, com a aprovação da reforma da previdência, com as tais aulas síncronas e assíncronas, com a educação à distância, com os processos de privatizações, dentre muitos outros.

De um lado, é importante lembrar que tudo isso ocorre no momento mais aguçado do liberalismo, no período ultraliberal, que representa mais ou menos a síntese entre o liberalismo clássico e o keynesianismo, ou então, o que o senso comum denomina de neoliberalismo, representado por um estado forte em poder, controle, domínio e repressão, e minguado em direitos sociais<sup>iii</sup>.

Por outro, todos esses ataques estão ocorrendo quando o capital se encontra extremamente concentrado, em que apenas 5 brasileiros detêm mais riquezas que a metade da população do país, isto é, que mais de 100 milhões de pessoas, ou que, as 8 pessoas mais ricas do mundo detêm mais riqueza que a metade da humanidade, ou seja, que 3,5 bilhões de pessoas. Nesse contexto, os ataques à educação, a negação da ciência e o patrocínio da alienação, apresentam-se como exigências do capital para a sua reprodução e a manutenção do *status quo*.

Para viabilizar os ataques, por um lado, promove-se uma verdadeira lavagem cerebral no intuito de convencer os trabalhadores de que eles próprios devem ser favoráveis à realização das reformas, ao enxugamento do estado, à redução de seus direitos, à eliminação da previdência social e o fim da saúde e da educação públicas etc.

Por outro, aproveitam a pandemia para, nas palavras do ministro da Economia Paulo Guedes, “colocar a granada no bolso do inimigo”, e na voz de Ricardo Sales, ministro do Meio Ambiente, “passar a boiada”. Não satisfeitos,



pretendem fazer a reforma administrativa, acabar com o funcionalismo público, e condenar a todos à própria sorte.

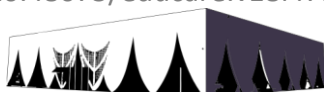
Entretanto, apesar de dizerem que o estado deve ser reduzido ao mínimo, com a chegada do coronavírus, sem qualquer escrúpulo, os “liberais” exigiram o despejo de 1,2 trilhões de reais aos bancos e mais de 700 bilhões para os grandes empresários. Restaram apenas algumas migalhas para os miseráveis.

No mesmo momento em que são derramados trilhões de reais para bancos e grandes empresas, eliminam-se uma infinidade de direitos dos trabalhadores, cortam-se os recursos da educação e chega-se ao absurdo de se propor a tributação na compra de livros. Além disso, impõem-se cortes bilionários no orçamento das universidades e institutos federais de educação.

Diante disso, nem vou lançar o desafio para alguém adivinhar quantas universidades, escolas técnicas e institutos federais de educação foram abertos, e quantos cursos e vagas foram criados no ensino superior (presencial) durante o atual governo. Também é dispensável perguntar se está preocupado com a qualidade da educação brasileira. Pois, não só não teve qualquer ampliação, como ocorreu o sucateamento das instituições existentes, o fechamento de cursos e a redução de vagas.

Ao lado dos cortes de recursos, o negacionismo é um dos sintomas mais perversos dos ataques às universidades. Veja que a marca da universidade é a defesa da ciência, da pesquisa e da produção de conhecimento sistematizado, o desenvolvimento científico. Acabar com a ciência, porém, não significa apenas acabar com as universidades, representa a impossibilidade de desenvolvimento e da vida em sociedade.

O negacionismo, porém, não é originário do olavismo e do governo atual, mas exacerbou-se com eles, e presta-se ao projeto de dominação e fomento do fascismo. Em potência, já estava presente no pós-modernismo, que representa um ataque, uma aversão à modernidade, que se ancora na ciência. A pós-modernidade, com sua defesa do subjetivismo, indiretamente, acaba por negar a ciência e, de certo modo, referenda o negacionismo. Muitos pós-modernistas e



subjetivistas nem se dão conta disso, nem o fazem conscientemente. Entretanto, as consequências independem da consciência dos indivíduos.

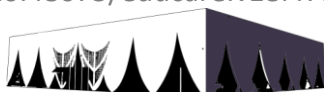
O negacionismo não se revela apenas pela negação explícita da ciência e defesa do terraplanismo. Os cortes de investimentos e os ataques às ciências humanas também são formas de negacionismo. Por isso, é importante verificar os fundamentos das teorias e concepções de mundo, de sociedade e educação que defendemos para não incorrer em sérios equívocos do ponto de vista prático, de consequências sociais terríveis.

Contudo, nunca a ciência foi tão importante quanto hoje, seja para a produção de tecnologias, para a organização social, para a produção de alimentos, para resolver problemas, enfim, para garantir a vida. O próprio capital depende da ciência e da tecnologia. Mas, como diria Mészáros, “o capital é incorrigível”, ignorante e mesquinho. Não percebe que, ao exterminar as universidades, produtoras de conhecimentos científicos, elimina-se a si mesmo.

Além disso, a negação da ciência não significa apenas a negação da universidade, mas também a negação da possibilidade de convivência social, significa instalar um estado de anomia social, de ausência de qualquer norma de convivência, é a vigência de “cada um por si e Deus por todos”, do “salve-se quem puder”, da “guerra de todos contra todos”, na versão de Hobbes. Mas, como condenar cada um à própria sorte quando mais de 60% não consegue satisfazer suas necessidades básicas?

Contudo, o estado de putrefação da sociedade vigente é tão grande que não se trata apenas da negação da ciência. As palavras parecem já não ter mais significado. Fala-se de democracia e se entende como sinônimo de autocracia, de governo de oligarcas; fala-se em patriotismo e se entende como sinônimo de militarismo, de autoritarismo e repressão; fala-se em liberdade e se entende como sinônimo da lei do mais forte, como direito de alguns falarem e fazerem o que bem entendem, de agredir, de disseminar o ódio, de impunidade.

É triste uma sociedade cujo governo institucionalizou o ódio, a mentira, as *fake news*, o negacionismo, a anomia e a violência; cujo Congresso Nacional, a



mídia, a classe dominante e o judiciário fazem eco, avalizam, dão sustentação e/ou são coniventes com as aberrações dos mandatários de plantão.

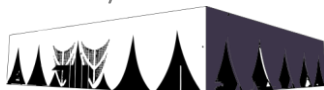
A despeito de a universidade brasileira ser uma instituição bastante jovem, que está completando apenas 88 anos, encontra-se (2022) tremendamente ameaçada, quer seja, por meio da asfixia dos recursos, do desrespeito à sua autonomia ou do patrocínio da negação da ciência.

Entretanto, como dissemos, esta é apenas uma radiográfica, uma foto, a descrição fenomênica do que ocorre num momento. Se ficarmos apenas nisso, poderemos até nos espantar, ficarmos atordoados e entrarmos em pânico. A superação dessas condições, porém, pressupõe mais do que isso, exige a compreensão efetiva de sua história, que evidencia grande parte dos motivos e fins dos ataques a que se encontra submetida. Daí a necessidade de ultrapassar o nível do imediato e do aparente, verificar quem, quando, como, para que, para quem a universidade foi criada.

## 4 A UNIVERSIDADE ONTEM

Pois bem, falamos, que a universidade brasileira é uma instituição um tanto recente, só foi criada em 1934. Dentre os países do continente americano, o Brasil foi o último a criar o ensino superior de tipo universitário. No século XVI foram criadas as Universidades de São Marcos, em Lima, no Peru e as Real e Pontifícia de São Domingos, no México; no século XVII foram criadas na Guatemala, Argentina, Bolívia e Estados Unidos; no século XVIII, na Venezuela, Chile e Cuba; no século XIX, no Uruguai, Colômbia, Equador, Paraguai e Honduras, dentre outras. Enfim, em 1920, o Brasil ainda não tinha criado a sua universidade e já existiam 76 na América Norte e 26 na América do Sul, totalizando 102 universidades (ORSO, 2003, p. 13).

Ainda que possa parecer meio estranho, há que se mencionar que as primeiras preocupações dos políticos do Império em relação à educação no Brasil





não foram com o ensino primário e secundário<sup>iv</sup>, foram sim com o ensino superior. Justificava-se pelo fato de ter que organizar o país após a chegada da família real portuguesa, devido aos problemas da saúde e à necessidade de garantir uma estrutura jurídica para organização e funcionamento da colônia, e conseqüentemente, do país. Assim, em 1808, foram criadas as primeiras Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia e, em 1827, as Faculdades de Direito de São Paulo e Olinda.

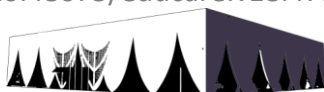
De acordo com Manuel José G. Tubino, durante o Império, foram apresentados 42 projetos com o objetivo de se criar a universidade, mas nenhum obteve êxito.

As discussões para se criar uma universidade, porém, iniciam-se ainda no período colonial. O primeiro projeto propondo criar a “Universidade do Brasil” foi apresentado pelo jesuíta Marçal Beliarde em 1592.

Durante a colônia foram feitas outras tentativas. Em 1675, tentou-se criar uma universidade através da equiparação do Colégio da Bahia à Universidade de Évora, mas fracassou. Alguns anos após a Conjuração Mineira de 1789 e Maurício de Nassau, que governou o Brasil durante a ocupação holandesa, no século XVII, também se tentou criar uma universidade, mas não se efetivou. A última tentativa para se criar uma Universidade durante o Período Colonial, ocorreu em 1817, por meio dos republicanos de Pernambuco, mas não se concretizou.

Entretanto, é durante o Império, depois da Independência, que a ideia de se criar a universidade adquire maior força. Após a Proclamação da República, no período que se estende da reforma Benjamin Constant (1891) até 1910, houve um grande crescimento do ensino superior. Foram criadas mais 27 escolas. Mas, nenhuma universidade.

Posteriormente, em 1909, foi criada a Universidade de Manaus; em 1912, a Universidade de São Paulo e a Universidade do Paraná, mas tiveram vida curta (CUNHA, 1986, p. 198-211). A seguir, em 1920, foi criada a Universidade do Rio de Janeiro e, em 1927, a de Minas Gerais. Mas não passavam de um agregado de faculdades isoladas.



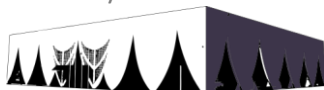
Se observarmos um pouco, veremos que na década de 1930, quando a Universidade de São Paulo foi criada, a educação experimentou um período de forte expansão e renovação. Nesse momento é fundado o Ministério da Educação e Saúde (1930), institui-se a Reforma Francisco Campos (1931), publica-se o Manifesto dos Pioneiros (1932), é fundada a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1933), é criada a Escola Paulista de Medicina (1933), é fundada a Faculdade de Filosofia *Sedes Sapientiae* (1933), é criada a USP (1934) e a Universidade do Distrito Federal (1935).

Enfim, é no bojo das mobilizações de uma fração da classe dominante em defesa da reforma e expansão do ensino, por meio do Decreto 6.283, de 25 de janeiro de 1934, portanto, 342 anos após a primeira tentativa e de tantos debates e projetos malogrados e de dezenas de iniciativas frustradas, que, tendo Armando de Salles Oliveira assumido a interventoria no governo de São Paulo, finalmente, era levado a cabo a criação da universidade.

A criação da USP não foi um fato isolado. A grande preocupação era formar e reciclar “as elites” para que pudessem recuperar o poder perdido na Revolução de 1930.

A Universidade de São Paulo foi criada com os seguintes pressupostos:

Considerando que a organização e o desenvolvimento da cultura filosófica, científica, literária e artística constituem as bases em que se assentam a liberdade e a grandeza de um povo; considerando que somente por seus institutos de investigação científica de altos estudos, de cultura livre, desinteressada, pode uma nação moderna adquirir a consciência de si mesma, de seus recursos, de seus destinos; considerando que a formação das classes dirigentes, mormente em países de populações heterogêneas e costumes diversos, está condicionada à organização de um aparelho cultural e universitário, que ofereça oportunidade a todos e processe a seleção dos mais capazes; considerando que em face do grau de cultura já atingido pelo Estado de São Paulo, com Escolas, Faculdades, Institutos, de formação profissional e de investigação científica, é necessário e oportuno elevar o nível universitário a preparação, do profissional e do cidadão, decreta: [...] (FÁVERO, 1980, p. 179; CAMPOS, 1954, p. 100).



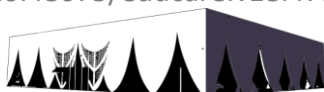
Os objetivos são claros e não escondem que a universidade deveria estar a serviço da formação de uma pequena fração da classe dominante, para a “seleção dos mais capazes”.

Após ser criada a USP, Salles Oliveira afirmava: “Dispomos agora de instrumento através do qual se prepararão as nossas elites dirigentes. Daqui continuarão a sair [...] homens que se destinam ao exercício da inteligência aplicada e que constituirão, sobretudo, os grupos de profissionais e do funcionalismo”. Tinha presente o interesse de criar um “verdadeiro cérebro, integrando a ciência e a técnica, para forjar uma elite intelectual capaz de orientar todas as classes sociais”. “A Universidade de São Paulo”, afirmava ele, “é a primeira semente do Brasil novo”<sup>v</sup>.

A USP também foi constituída por um agregado de escolas já existentes: Faculdade de Direito (1827), Escola Politécnica (1894), Faculdade de Medicina (1891), Faculdade de Farmácia e Odontologia (1899), Escola de Medicina Veterinária (1928), Escola superior de Agricultura (1901), Escola de Belas-Artes (1909), Instituto de Educação (1933)<sup>vi</sup> e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1934), que a diferenciaria de todas as demais universidades criadas até então. Cabia a esta ser o núcleo integrador e articulador dos saberes e da vida universitária e articular a educação e a sociedade. Posteriormente, também foi anexado à USP o Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais (1946).

Antes de avançar, porém, é necessário explicar por que a universidade foi criada tão tardiamente, afinal, como vimos não faltaram iniciativas, nem projetos, nem dinheiro. O fato é que ela era um objeto de disputas por diversos segmentos sociais, por católicos, republicanos, positivistas, liberais, dentre outros. Mas, como nenhum grupo conseguia ter maioria suficiente para garantir o controle e imprimir a direção da instituição, sua criação ficava postergada.

Para Júlio de Mesquita filho, que foi o principal idealizador da USP, era necessário criar uma universidade para realizar uma revolução espiritual no país, para alcançar os destinos comuns da humanidade, para elevar o país “ao nível do

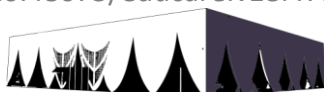


século” e promover a “adaptação definitiva da democracia ao Brasil” (MESQUITA FILHO, 1925, p. 3).

A preocupação das elites paulistas, na verdade, mais do que com a disseminação do conhecimento, era transformar a universidade em instrumento daquilo que denominavam de “combate o comunismo”. Em 1934, o editorial do *Estadão*, de propriedade da família Mesquita, dizia que era preciso livrar o país do “do mal imenso, do mal sem cura, que é a desagregação da República, pela ação dissolvente da politicalha surda e cega ou pela invasão de ideologias subversivas” (CAPELATO, 1980, p. 55).

Armando de Salles Oliveira, que era cunhado de Mesquita Filho, dizia: ‘Não há quem não tenha o espírito cheio de dúvidas sobre a sorte que nos espera: contando com a nossa imprevidência e a nossa displicência os inimigos da sociedade se armam nas trevas’ (PACHECO, 1966, p. 21).

Mesquita Filho e Salles de Oliveira olhavam para o passado e viam pelo retrovisor as disputas pela presidência da república que questionavam a “política do café com leite” (1921); a Semana da Arte Moderna, que reagia à importação de modelos (1922); o Levante do Forte de Copacabana, que tentava realizar uma revolução política e social (1922); o primeiro Levante dos Tenentes, movimento de reação às oligarquias e de luta pela renovação política, que se iniciou em 1922 e se concretiza em 1930; a fundação do Partido Comunista Brasileiro (1922); o segundo Levante dos Tenentes, um desdobramento do primeiro levante (1924); o início da Coluna Prestes (1924); o estado de sítio decretado durante o governo de Arthur Bernardes (1922-1926); a Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul, em função das disputas políticas; a cisão das oligarquias e o surgimento do Partido Democrático (SP) e do Partido Liberal (RS); a formação da Aliança Liberal, que rompia com a “política do café com leite” (1929); a crise econômica de 1929; a Confederação do Equador, ocorrida em Pernambuco (1824); a Revolta dos Cabanos, no Pará (1835-1836); a Revolta dos Farrapos, no Rio Grande do Sul (1835-1845); a Balaiada, no Maranhão (1830-1841); a Sabinada, na Bahia (1837-



1838) e várias outras revoltas ocorridas em Pernambuco e a Guerra do Contestado, no Centro-Oeste de Santa Catarina (1913-1916), dentre outras.

Tudo isso afigurava a eles com um espectro e pensavam em uma alternativa para impedir que tudo isso derivasse numa profunda mudança da sociedade, que, como dissemos, denominavam ideologicamente de “comunismo”. O remédio para isso, segundo eles, era a democracia, os valores cristãos, as forças militares e a educação.

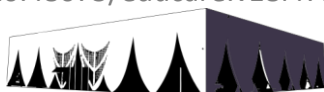
Salles de Oliveira afirmava:

‘A democracia, porém, tem um incomparável poder de renovação. [...] Saudemos nós a democracia brasileira que, pela educação e pela fidelidade aos preceitos cristãos, preservará a supremacia das forças espirituais e conduzirá o nosso povo para os seus ideais de felicidade e de grandeza. [...] A nossa aspiração é uma democracia robusta, dirigida com autoridade, fiscalizada por uma assembleia assídua e vigilante, e apoiada numa forte organização militar [...] para repelir os botes da demagogia e os assaltos do comunismo’ (PACHECO, 1966, p. 114; CARDOSO, 1982, p. 171).

Nessa perspectiva, para os idealizadores da USP, a criação da universidade era uma necessidade inadiável. Nas palavras de Fernando de Azevedo, a universidade era “o meio de evitar a revolução” e de “pôr ordem no caos”; para o governador de Minas Gerais, Antonio Carlos de Andrada, era uma condição para “fazer a revolução antes que o povo a faça”; e, para Júlio de Mesquita Filho, uma forma de promover a revolução lenta, gradual, pacífica e imperceptível, remodelar a inteligência nacional e os destinos do país, para “implantação definitiva da democracia no Brasil”.

Segundo Florestan Fernandes, o que pretendiam era “fazer a revolução dentro da ordem”, ou então, realizar a revolução gloriosa brasileira<sup>vii</sup>, conforme com as antigas aspirações da classe dominante.

A classe dominante paulista tinha muito claro as orientações de Rui Barbosa, que viam na educação um fator de conformismo e de estabilidade da ordem social. Para o intelectual,



A educação geral do povo é o primeiro elemento da ordem. *‘Se quereis [...] cimentar a ordem necessária das sociedades em bases estáveis, é na escola que deveis lançar. [...] Só o seu espírito disporá da lucidez precisa, para revestir em tempo do tríplice bronze do bom senso contra as loucuras socialistas, contra os ódios inspiradores da subversão revolucionária, e compreender que o nível da demolição, preconizado pelos inventores de organizações sociais em nome da igualdade universal, representa em si, pelo contrário, a mais tenebrosa de todas as opressões, a mais barbara de todas as desigualdades, a mais delirante de todas as utopias’* (NASCIMENTO, 1997, p. 119-120, Nosso itálico).

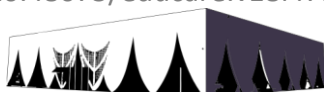
Rui concebia a universidade como “a responsável pela unidade e harmonia da cultura” (BARROS, 1959, p. 376) e da sociedade.

Assim, imbuídos deste espírito, motivados pelo combate a “anarquia” e o “comunismo”, outro fator considerado pela classe dominante paulista como decisivo, a “gota d’água” para a criação da universidade foi a derrota da chamada “política café com leite”, em 1930, por Getúlio Vargas, e, em seguida, a nova derrota ocorrida na Revolução de 1932, quando os paulistas tentaram reconquistar o poder pelas armas e novamente foram derrotados.

Devido as conspirações, Mesquita Filho e Salles de Oliveira foram exilados. E em suas reflexões, não exílio, não se conformavam por serem detentores do poder econômico, mas terem sido derrotados e não deterem o poder político. Na busca de explicações para esses fatos, chegaram à conclusão de que a derrota se devia à falta de quadros preparados para ocupar os postos chaves da administração e da política do país, e isso, segundo eles, devia-se à ausência da universidade.

Diante disso, de acordo com Salles Oliveira, concluíram que era mister apagar nos paulistas as mágoas das sucessivas derrotas e fazer um grande esforço a fim de reconquistar para o Estado (São Paulo) o seu lugar na história (PACHECO, 1966, p. 104) e “restaurar-se na plenitude, o prestígio de São Paulo na política brasileira” (CAPELATO, 1980, p. 55).

Em seu discurso de posse como reitor da USP, no dia 15 de maio de 1960, Ulhôa Cintra falou que Júlio de Mesquita Filho, ao ser interrogado por Armando



de Salles de Oliveira sobre o que faria se estivesse no governo diante dos problemas que estavam sendo enfrentados, em sintonia com o pensamento de Rui Barbosa, respondeu:

[...] o problema brasileiro era [...] de cultura [...]. Atribuída ‘à série infinita de erros praticados dentro das fronteiras de nosso estado pela ditadura à mentalidade primária de seus prepostos, não pareceria menos evidente que só uma reforma radical do aparelhamento escolar e a instauração de uma rigorosa política educacional poderia evitar a catástrofe final. [...] Vencidos pelas armas [...] paulistas até a medula [...] que maior monumento poderíamos erguer aos que haviam consentido no sacrifício supremo para preservar contra o vandalismo que acabava de aviltar a obra de nossos maiores, das bandeiras à independência e da Regência à República, do que a Universidade?’ (FÉTIZON, 1994, p. 365).

Porém, para “combater o comunismo”, para “evitar a anarquia” e para “implantar definitivamente a democracia no Brasil”, não era suficiente se criar uma universidade, nem uma universidade qualquer, diziam seus idealizadores, era necessário um projeto que correspondesse aos ideais almejados.

Júlio de Mesquita, que foi o principal idealizador da universidade, afirma: ‘Éramos irredutivelmente liberais. Tão liberais, que nos julgávamos na obrigação de tudo fazer para que o espírito em que se inspirasse a organização da Universidade se mantivesse exacerbadamente’ (BARROS, 1997, p. 121). Ou seja, os criadores da USP eram tão liberais que se julgavam no direito de impedir que qualquer outra filosofia ou ideologia adentrasse nela.

Assim, de acordo com o projeto idealizado, todos os que entrassem na universidade, deveriam se transformar na extensão do espírito dos seus idealizadores, reproduzissem e propagassem os seus ideais.

Para isso, junto com a USP, foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), que era considerada a “alma mater” de toda a universidade.

A FFCL foi criada para ser a

‘alma-mater do organismo total, organismo que, por definição, deve dedicar-se aos chamados altos estudos desinteressados, os quais são a finalidade precípua de uma Universidade realmente digna desse nome, a



cuja volta se agrupariam os demais institutos profissionais’ (GUIA, 1965, p. 07).

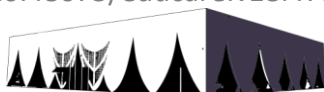
Desse modo e com essas finalidades, era criada a USP com a FFCL, que, como dissemos, deveria ser

a alma do empreendimento, inspirado no melhor do espírito bandeirante [...] e politicamente voltado, após o malogro da Revolução Constitucionalista de 1932, para a construção e modernização do Brasil, a partir da liderança cultural e moral de São Paulo, derrotado pelas armas, mas indomado no espírito. No seu (de Júlio de Mesquita Filho) discurso de paraninfo da primeira turma de licenciado da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, em 25 de janeiro de 1937, ele disse: ‘Ao sairmos da revolução de 32 tínhamos a impressão perfeitamente nítida de que [...] só uma reforma radical do aparelhamento escolar do País e a instauração de uma vigorosa política educacional poderia evitar a catástrofe final que os movimentos de 1922, de 24, de 30 e de 32 nada mais faziam do que prenunciar’. E essa reforma radical, há muito ele a sonhava (BARROS, 1997, p. 115).

Como se pode perceber, a universidade estava longe de ser entendida meramente como uma instituição voltada para os “altos estudos” e para os “estudos desinteressados”.

Para cumprir tal fim, foi organizada como uma espécie de Panóptico<sup>viii</sup>. No caso da USP, pelo projeto original, todos os que entrassem nela deveriam passar pela FFCL, permanecer por dois anos cursando as disciplinas das ciências humanas – filosofia, ciências e letras – (história, sociologia, geográfica, antropologia, etc.) e somente depois rumar para as áreas específicas para cursar a formação técnica e especializada.

Todavia, como faltavam professores devidamente formados e preparados para tal fim, o recurso foi lançar mão da contratação de professores estrangeiros, afinados com o espírito liberal dos criadores da instituição. Desse modo, pouco depois de publicado o decreto de fundação e organização da FFCL, o governador do Estado Armando de Salles Oliveira incumbiu o primeiro diretor, o professor Theodoro Ramos, de contratar professores estrangeiros para a Faculdade de Filosofia.





A tentativa era de “queimar etapas” e integrar a sociedade paulista e brasileira ao “grande todo da humanidade”. Para isso, foram contratados “eminentes mestres estrangeiros”, responsáveis por trazer para o Brasil as experiências e os conhecimentos que consideravam os mais desenvolvidos da época.

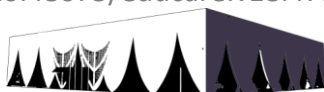
Para pôr em funcionamento a Universidade e a sua peça básica, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras [...] era necessário buscar mestres europeus, convenientemente formados, portadores de uma tradição intelectual que não tínhamos, de métodos de trabalho que, em função do autodidatismo imperante, não se conheciam. Foram as dezenas de mestres estrangeiros que os colaboradores de Júlio de Mesquita Filho buscaram na Europa que permitiram que o sonho, ao menos parcialmente, se tornasse realidade (BARROS, 1997, p. 120).

Foram contratados professores da França, da Inglaterra, da Grécia, da Alemanha, da Itália, de Portugal e dos Estados Unidos<sup>ix</sup>.

Fiel a essa ideia (e com muito tato), para as cadeiras de que dependia diretamente a formação espiritual dos estudantes, isto é, para aqueles estudos que nunca são inteiramente ‘neutros’, preferiram-se mestres franceses, afinados com a tradição ocidental (liberal) e que repudiavam os credos fascista e nazista (BARROS, 1997, p. 121, Nosso parêntese).

A intenção era que os estudantes, primeiramente, recebessem a “formação humana”, isto é, de acordo com o espírito liberal, e depois, completassem sua formação nas faculdades e institutos. E, por fim, irradiassem a “alta cultura” para o conjunto da sociedade.

A USP foi pensada como um modelo para as demais universidades que eventualmente viriam a ser criadas. O intuito não era universalizar o ensino universitário e torná-lo acessível a todos. Ao contrário, deveria ser reservada para poucos, para “os mais capazes”. Deveriam ser criadas três ou quatro instituições espalhadas pelo país com a finalidade de preparar quadros para ocupar os postos-chaves na administração e na política brasileira.



Contudo, em função do crescimento da educação básica e da conseqüente pressão sobre o ensino superior, foram abertas uma série de universidades, pondo em xeque a concepção e o projeto originais.

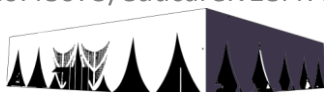
Assim, em 1968, no auge da ditadura militar, o Presidente Marechal Arthur da Costa e Silva, atendendo os interesses políticos e econômicos do momento, por meio do Decreto nº 62.937, de 2 de julho desse ano, criou o Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária (GTRU) e designou pessoalmente seus membros. Dentre eles, encontrava-se Roque Spencer Maciel de Barros, amigo íntimo da família Mesquita, catedrático da USP, que havia sido membro e relator da Comissão de Reestruturação da Universidade de São Paulo, que procurou fazer o possível “para recolocar a universidade nos trilhos”, isto é, para restabelecer o formato que havia sido idealizado em 1934.

Portanto, fica claro que não se tratava apenas de um projeto de educação, ou simplesmente, da necessidade de se criar a universidade para viabilizar o ensino, a pesquisa e a extensão, para viabilizar a “alta cultura” e os “conhecimentos desinteressados”. Ao contrário, tratava-se de um projeto de educação altamente interessado voltado para a construção de um projeto burguês de sociedade.

## 5 UNIVERSIDADE AMANHÃ?

Como estamos reelaborando este artigo para publicação após as eleições presidenciais que culminaram com a derrota de Jair Bolsonaro e a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República, apesar do desastre que presenciamos, tendo em vista as realizações nos mandatos anteriores (2003-2016), há esperança para a universidade.

Todavia, diante do desmonte que presenciamos, não é preciso ser futurólogo para intuir que, se os rumos do presente fossem mantidos, o amanhã da universidade não passaria de reminiscências do passado.



Se observarmos bem, os maiores ataques desfechados contra a universidade, tem sido impetrados tanto pelos ultraliberais esclarecidos, como no caso do governo FHC, quanto pelos ultraliberais embrutecidos, como é o caso do governo Bolsonaro, que, a despeito de, em tese, terem sido os criadores da universidade brasileira, patrocinam sua destruição.

Entretanto, a partir do exposto, pode-se concluir que:

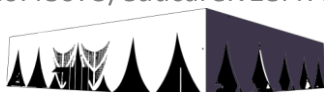
1) Apesar de não faltarem projetos nem dinheiro para criar a universidade, como nenhum grupo político conseguia garantir seu controle, os liberais sempre se opuseram e travancaram sua criação. Daí o atraso na criação da universidade brasileira;

2) Os liberais só criaram a universidade quando surgiram as condições adequadas para que eles pudessem ter o controle sobre ela, quando chegou ao governo de São Paulo um legítimo representante dos liberais, Armando de Salles Oliveira, e quando dispunham de recursos públicos necessários para implementar o projeto;

3) O projeto idealizado, os objetivos, os motivos, os meios, a forma e os fins para os quais foi criada tão tardiamente, em 1934, junto com as tentativas de “recolocá-la nos trilhos” por meio da reforma universitária, somado aos ataques a que está sendo submetida no atual momento, não deixam dúvidas de que o interesse dos liberais em criar a universidade, não se devia propriamente à necessidade de desenvolver a educação no país, mas sim, para implementar o seu projeto social. Ou seja, não defendiam, nem defendem a universidade. Defendem-na apenas na medida em que e somente quando podem colocá-la a serviço de seus interesses;

4) A universidade, tal como foi idealizada pela classe dominante paulista, não contemplava nem a expansão do número de instituições nem o acesso a ela por parte da classe trabalhadora. Estava reservada a uma pequena fração da classe dominante, autodenominada de “elite intelectual”;

5) Por fim, é preciso dizer que a universidade foi criada pela e para a classe dominante. Todavia, como foi ampliada significativamente durante os



governos do PT, possibilitando o acesso a muitos trabalhadores, na visão da classe dominante, deixou de ser necessária, e passou a ser atacada no intuito de extirpá-la.

Claro que as universidades estão inseridas num contexto mais amplo e os ataques não se limitam a elas. Isso demonstra que, se são generalizados, extensivos a todos os trabalhadores, a toda a educação, aos direitos sociais e ao meio ambiente, a situação é ainda mais grave, pois, revela que “o câncer” já se alastrou, é mais desafiador e exigindo medidas e atitudes mais críticas e radicais de nossa parte. Ou seja, o futuro da universidade depende de nós.

Em suma, diria que, se no passado a universidade não interessava aos trabalhadores, afinal, não foi criada pelos e para eles, nem tínhamos acesso a ela, agora que adentramos nela, ela nos interessa. Por isso, devemos lutar com todas as nossas energias para defendê-la e colocá-la a serviço da classe trabalhadora e da coletividade.

## REFERÊNCIAS

BARROS, R. S. M. de. **A ilustração brasileira e a ideia de universidade**. São Paulo: Convivio, 1959.

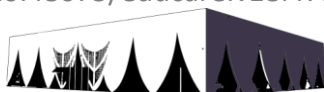
BARROS, R. S. M. de. Júlio de Mesquita Filho e a Universidade. *In*: BARROS, R. S. M. de. **Estudos Brasileiros**. Londrina: Editora da UEL, 1997. p. 125-134.

CAMPOS, E. de S. **História da Universidade de São Paulo**. São Paulo: São Paulo, 1954.

CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. **O bravo matutino. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARDOSO, I. R. **A Universidade da Comunhão Paulista**. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.

CUNHA, L. A. **A Universidade Temporã**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.



FARIA, J. R. **Guia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo**. São Paulo: USP, 1965.

FÁVERO, M. de L. de A. **Universidade & Poder: análise crítica/ fundamentos históricos: 1930-45**. Rio de Janeiro: Acihiamé, 1980.

FÊTIZON, B. A. de M. Faculdade de Educação, antecedentes e origem. **Revista Estudos Avançados**, v. 8, n. 22, p. 365-373, set./dez. 1994.

MESQUITA FILHO, J. de. **A Crise Nacional**. São Paulo: Seção de Obras de O Estado de S. Paulo, 1925.

NASCIMENTO, T. A. Q. R. **Pedagogia conservadora liberal modernizadora**. Campinas, SP: Autores Associados-FE/Unicamp, 1997.

ORSO, P. J. **Liberalismo, neoliberalismo e educação. Roque Spencer Maciel de Barros, um ideólogo da educação brasileira**. 2003. Tese (Doutorado em História, Filosofia e Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

PACHECO E SILVA, A. C. **Armando de Salles Oliveira**. São Paulo: Livraria Editora Martins S. A, 1966.

SILVEIRA, M. J. A evolução da concepção de universidade no Brasil. In: TUBINO, M. J. G. (ORG.). **A universidade ontem e hoje**. São Paulo: Ibrasa, 1984.

Recebido em: 20-12-2022

Aceito em: 26-04-2023

<sup>i</sup> Artigo elaborado a partir da conferência realizada na XIV ANPEd Sul, ocorrida entre o primeiro e o segundo turno das eleições, nos dias 17 e 20 de outubro de 2022, de forma remota online, e readequado para esta publicação, conforme as normas e exigências da revista. A eleição culminou com a derrota de Jair Bolsonaro, grande inimigo da educação e da universidade pública, e a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, para o terceiro mandato presidencial.

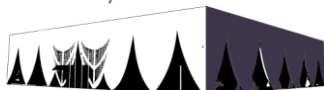
<sup>ii</sup> Refere-se ao fato de que, em 2016, o governo Temer, aprovou o congelamento de gastos por 20 anos e, em 2019, o governo Bolsonaro aprovou uma “ajuda” aos estados, condicionada ao congelamento dos salários e plano de carreira do funcionalismo, por 18 meses.

<sup>iii</sup> Creio que tenha sido eu o primeiro a escrever sobre o ultraliberalismo. Para quem quiser compreender melhor, sugiro a leitura de meu artigo intitulado “Neoliberalismo: equívocos e consequências”, publicado em 2007, na coletânea Liberalismo e Educação em debates, pela autores associados e “O liberalismo em perspectiva histórica: do grito de liberdade à devastação ultraliberal”, disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdciv/article/view/59817>.

<sup>iv</sup> Em matéria de ensino secundário durante o Império o que aconteceu de importante foi a criação do Colégio Pedro II em 1837, concebido para ser a via de ingresso no ensino superior.

<sup>v</sup> Sobre seu túmulo, situado no cemitério ao lado da Rua da Consolação, em São Paulo, foi erguida na vertical, uma vagem para representar a universidade, a semente que havia criado.

<sup>vi</sup> De acordo com o decreto de fundação da USP, “o Instituto de Educação, antigo Instituto ‘Caetano de Campos’, participará da Universidade exclusivamente pela sua Escola de Professores, ficando-lhe, porém, subordinados administrativa e tecnicamente, como institutos anexos, o Curso Complementar, a Escola Secundária, a Escola primária e o Jardim de infância, destinados à experimentação, demonstração e prática



do ensino, e ao estágio profissional dos alunos da Escola de Professores”. E “a licença para o magistério secundário será concedida pela Universidade somente ao candidato que, tendo-se licenciado em qualquer das seções em que se especializou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, haja concluído o curso de formação pedagógica no Instituto de Educação” (CAMPOS, 1954, p. 101, 102).

vii Referência mudança de trono na Inglaterra, ocorrida entre 1688 e 1689, sem derramamento de sangue.

viii Era uma espécie de prisão francesa, cujas celas estavam dispostas de tal modo que, com apenas um guarda postado numa torre central, todos os detentos se sentissem vigiados.

ix Para quem quiser saber quais foram os “einentes mestres estrangeiros” contratados para lecionarem na USP e para quem quiser aprofundar suas leituras sobre a história da universidade brasileira, sugiro a leitura, especialmente do II volume de minha tese de doutorado, intitulada “Liberalismo, neoliberalismo e educação. Roque Spencer Maciel de Barros, um ideólogo da educação brasileira”, ou então, o livro “Universidade Brasileira: história, lutas, contradições e disputas”, publicado pela editora Navegando, com acesso gratuito [https://www.academia.edu/58208718/UNIVERSIDADE\\_BRASILEIRA\\_HIST%C3%93RIA\\_LUTAS\\_CONTRADI%C3%87%C3%95ES\\_E\\_DISPUTAS](https://www.academia.edu/58208718/UNIVERSIDADE_BRASILEIRA_HIST%C3%93RIA_LUTAS_CONTRADI%C3%87%C3%95ES_E_DISPUTAS).

